

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental
Parque Eólico da Guarda e respetiva ligação à RESP

Título: Relatório de Consulta Pública

Parque Eólico da Guarda e respetiva ligação à RESP

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: setembro de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. O PROJETO	4
3. LOCALIZAÇÃO.....	4
4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	4
5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	5
6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	5

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do projeto **Parque Eólico da Guarda e respetiva ligação à RESP** foi, nos termos do artigo 12.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na atual redação, sujeita a um procedimento de consulta pública que decorreu por um período de 15 dias úteis, de 6 a 26 de agosto de 2026. O proponente do projeto é a Iberdrola Renewables Portugal e a entidade licenciadora é a DGEG.

2. O PROJETO

O projeto enquadra-se nas metas nacionais de expansão das energias renováveis, beneficiando do recurso eólico existente e da proximidade à rede elétrica, nomeadamente à subestação de Chafariz. Com a sua implantação, pretende-se aumentar a produção de eletricidade renovável, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, contribuir para o cumprimento das metas do PNEC 2030 e da Neutralidade Carbónica 2050 e reforçar a segurança e a diversificação do abastecimento energético nacional.

3. LOCALIZAÇÃO

O projeto localiza-se nos concelhos de Guarda e Celorico da Beira.

4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da PDA foi efetuada por meio de:

- Afixação de anúncios na CCDR Centro e nas Câmaras Municipais da Guarda e de Celorico da Beira;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na Internet, no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE.

6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas 50 participações, provenientes de Câmara Municipal da Guarda; Vulture Conservation Foundation; EDPR, Promoção e Operação, S.A. (empresa subsidiária da EDP Renováveis); Eólica do Sincelo, S.A.; Landfound, Levantamentos Cadastrais, Lda; Cidadãos:45.

As preocupações manifestadas, transversais à maioria das participações recebidas, incidem principalmente sobre a paisagem e a identidade territorial; a biodiversidade e as áreas classificadas; a proximidade das povoações e habitações; o património ambiental e cultural; a saúde, designadamente o ruído e o ensombramento; os solos, a agricultura e a pecuária; os recursos hídricos; os impactes cumulativos; e, ainda, o desmantelamento do projeto e a recuperação das áreas intervencionadas.

É consensual entre os diversos contributos que, numa fase posterior, deverão ser aprofundados, entre outros, os seguintes aspetos:

.

Paisagem, identidade e património: os intervenientes receiam uma alteração permanente da paisagem associada à Serra da Estrela e ao Geoparque Mundial UNESCO, agravada pela existência de outros parques e infraestruturas energéticas na região e consideram que o EIA não deve limitar a avaliação visual à proximidade imediata, devendo incluir bacias visuais de escala regional e fotomontagens a partir de Alvendres, Rocamondo, Menoita, Guarda, miradouros e outros pontos relevantes.

Biodiversidade e áreas classificadas: surge, repetidamente, a preocupação com a avifauna, os morcegos e o lobo-ibérico, bem como com a fragmentação de habitats, sendo mencionados, entre outros, o milhafre-real e as alcateias do Jarmelo e do Pisco. Em vários contributos são defendidos estudos de campo sazonais e que os resultados possam efetivamente determinar a deslocação ou eliminação de aerogeradores, acessos ou apoios da linha.

Proximidade das povoações e habitações: é identificada uma aparente inconsistência entre a afirmação de que os aerogeradores ficariam a mais de 500 m das povoações e as referências a Alvendres, a cerca de 350 m do aerogerador (AG) 6, e a Rocamondo, a cerca de 450 m do AG 9. Por isso, é solicitada cartografia georreferenciada de todas as habitações e outros recetores sensíveis, com as distâncias reais às várias infraestruturas. Também são identificadas preocupações específicas com o AG 14, que é previsto a cerca de 900 m de Menoita.

Saúde, ruído e ensombramento: são frequentes os pedidos de medições acústicas, modelação individual junto das habitações, avaliação do ruído noturno, infrassons e ruído de baixa frequência e do efeito de sombra intermitente das pás.

Agricultura e pecuária: há proprietários e produtores de Alvendres muito preocupados com a proximidade de aerogeradores, a abertura de acessos, a

perda ou fragmentação de pastagens, o condicionamento das propriedades, o ruído e eventuais efeitos sobre o gado. São solicitadas avaliações mais detalhadas e, se houver perda de capacidade produtiva, a identificação das necessárias medidas de minimização e compensação.

Recursos hídricos: é reiteradamente referida a travessia do rio Mondego pelos corredores alternativos da linha e, em particular, a interferência da alternativa 2 com a captação pública subterrânea de Santo António do Rio e os respetivos perímetros de proteção. É pedida uma comparação rigorosa das alternativas.

Turismo e valor económico do território: alguns contributos associam a alteração paisagística à perda de atratividade turística, à afetação do património arqueológico e cultural e à potencial desvalorização de propriedades. Também se argumenta que a paisagem, a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas constituem “capital territorial” e que estes custos deveriam ser considerados na comparação económica das alternativas.

Construção, solos e risco de incêndio: surgem pedidos para avaliar a abertura e o alargamento de acessos, a desmatação, a erosão, a compactação do solo, o tráfego de pesados, a segurança rodoviária, a recuperação de caminhos e o risco de incêndio.

Impactes cumulativos: a população não quer que o Projeto seja analisado isoladamente, mas em conjunto com parques eólicos, linhas, subestações e outras infraestruturas existentes, aprovadas ou previstas, sendo mencionados, nomeadamente, os parques de Sincelo, Guarda I e outras instalações da região.

Fase de desativação: é exigido um plano concreto para o final da vida útil, incluindo a remoção de fundações, a recuperação dos solos, a reciclagem de materiais e uma garantia financeira prévia para assegurar o desmantelamento.

Sintetizam-se, em seguida, os aspetos mais relevantes das participações recebidas:

A **Câmara Municipal da Guarda**, embora reconheça a importância da transição energética, considera necessário rever vários aspetos do Projeto antes da sua concretização, sobretudo ao nível do ordenamento do território, da segurança, da paisagem, da biodiversidade e da proximidade às populações. Desde logo, um dos pontos críticos é a implantação prevista dos aerogeradores: discorda da sua distribuição em ambos os lados da A25 e defende, sempre que possível, a concentração num único lado da autoestrada, de forma a reduzir interferências com infraestruturas, riscos de segurança e o efeito de “corredor industrial” na paisagem. Identifica, ainda, várias condicionantes territoriais, designadamente sobreposições com REN, RAN, zonas de prospeção mineira, infraestruturas rodoviárias e energéticas. E adverte que alguns aerogeradores apresentam situações particularmente sensíveis, como o AEG 10, localizado a 24 m do gasoduto Mangualde-Guarda, e o AEG 11, a 78 m do Castro do Picoto. Também levanta reservas quanto à subestação, ao estaleiro e à ligação à RESP. A localização do estaleiro é considerada inviável e deverá ser alterada, enquanto a subestação terá de respeitar condicionantes ecológicas, de incêndio, paisagísticas e de segurança. Quanto à futura LMAT, o Município destaca a excessiva proximidade ao aglomerado de Sobral da Serra, com apenas 32 m num dos limites do corredor, e exige maior afastamento das habitações, bem como preferência por cablagem subterrânea em zonas sensíveis. Exige, ainda, uma avaliação mais aprofundada do ruído, da avifauna, dos morcegos, da paisagem e dos impactes cumulativos e recomenda, pelo menos, um ano completo de monitorização da fauna, sistemas de deteção e paragem automática dos aerogeradores em situações de risco de colisão e uma análise integrada dos restantes projetos energéticos existentes ou previstos na região.

A Vulture Conservation Foundation, no âmbito do projeto LIFE Aegyptius Return, alerta para a elevada sensibilidade ecológica da área prevista para Projeto, destacando a utilização regular da região pelo abutre-preto e por outras aves necrófagas ameaçadas. Os dados de telemetria mostram que a zona funciona como corredor de voo, dispersão e alimentação para indivíduos provenientes de várias colónias nacionais, o que reforça a relevância dos potenciais impactes a uma escala suprarregional. A principal preocupação prende-se com o risco de mortalidade por colisão com aerogeradores e linhas elétricas, bem como com a perda de habitat de alimentação e repouso. A VCF considera ainda insuficiente a metodologia proposta para a monitorização da avifauna e defende uma avaliação mais robusta, incluindo medidas de mitigação como sistemas de deteção e paragem temporária dos aerogeradores, sinalização adequada das linhas e medidas de prevenção da eletrocussão. Salienta, também, a necessidade de avaliar os impactes cumulativos com outros parques eólicos existentes ou previstos na região, propondo que essa análise abranja, pelo menos, um raio de 40 km. Apesar de não considerar o projeto absolutamente incompatível com a presença do abutre-preto, a VCF entende que a sua viabilização exige medidas de minimização e compensação adequadas à importância ecológica da área.

Os contributos dos **Cidadãos** evidenciam preocupações sobretudo relacionadas com a paisagem, a biodiversidade, a saúde e qualidade de vida, a proximidade das infraestruturas às povoações, as atividades agrícolas, os recursos hídricos e a ligação à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP).

A paisagem e a identidade territorial assumem particular relevância, sendo contestada a instalação de aerogeradores de grande dimensão e da LMAT num território associado à Serra da Estrela e ao Geoparque Mundial da UNESCO, receando-se uma transformação visual duradoura, a perda de valor cénico e turístico e o agravamento dos impactes cumulativos das infraestruturas energéticas existentes.

No domínio da biodiversidade, são referidos riscos para a avifauna e os quirópteros, bem como potenciais efeitos sobre o lobo-ibérico, habitats

florestais e corredores ecológicos. É defendida a realização de estudos de campo mais aprofundados e uma avaliação mais exigente dos impactos cumulativos.

A proximidade dos aerogeradores a povoações e habitações, nomeadamente em Alvendre, Rocamondo e Menoita, constitui também uma preocupação central, sendo solicitada uma avaliação rigorosa das distâncias aos recetores sensíveis e dos efeitos associados ao ruído, ao efeito de sombra, ao impacto visual e à saúde humana, sendo contestada a classificação deste último fator como «pouco relevante».

São igualmente apontados possíveis efeitos sobre a agricultura, a pecuária e a propriedade privada, designadamente perturbações nas explorações, ocupação de solos, desvalorização imobiliária e impactos no turismo e na economia local. Surgem ainda preocupações relativas aos recursos hídricos, à erosão dos solos, ao risco de incêndio e ao património arqueológico.

Relativamente à ligação à RESP, as principais preocupações incidem sobre a LMAT de 220 kV, os respetivos corredores e a subestação. São destacados os riscos para a avifauna, a fragmentação da paisagem e dos habitats, o atravessamento do rio Mondego e a possível interferência do Corredor 2 com a captação pública de Santo António do Rio. Alguns participantes defendem o estudo de alternativas de traçado e de soluções subterrâneas em áreas ambientalmente sensíveis ou próximas das populações.

De forma transversal, é defendida uma avaliação integrada dos impactos cumulativos dos aerogeradores, da LMAT, da subestação e das restantes infraestruturas existentes ou previstas sendo, também, apontadas lacunas, nomeadamente quanto à análise de alternativas, à saúde humana, à biodiversidade e aos efeitos cumulativos.

Por último, empresas, designadamente do setor energético, também apresentaram contributos alertando para potenciais interferências com infraestruturas ou projetos próprios. Em concreto:

A **EDPR** alerta para potenciais incompatibilidades territoriais, fundiárias e técnicas entre o Parque Eólico da Guarda e a Central Híbrida da Beira Alta (CHBA), projeto que a empresa desenvolve desde 2020 e que integra produção eólica e solar fotovoltaica, bem como armazenamento. A CHBA dispõe de uma capacidade de ligação de 110 MVA à Subestação de Chafariz e de um Título de Reserva de Capacidade (TRC) válido, tendo a EDPR já assumido compromissos financeiros relevantes perante a REN e realizado investimentos em estudos, contratação de terrenos, medição de recurso e desenvolvimento de infraestruturas. Segundo a EDPR, o projeto da Guarda poderá interferir com áreas e infraestruturas estratégicas da CHBA, incluindo acessos, terrenos contratados ou em contratação e o próprio corredor de ligação à RESP, podendo condicionar o layout, os investimentos e o calendário de desenvolvimento da central híbrida. A empresa destaca ainda que, com base na documentação disponibilizada na consulta pública, não conseguiu identificar evidências de um TRC atribuído ao projeto da Iberdrola, situação que, no seu entender, suscita dúvidas sobre a sua maturidade e viabilidade para avançar para a fase seguinte de AIA. A EDPR contrapõe essa situação ao facto de a CHBA já possuir capacidade de injeção reservada e compromissos formalizados com a REN. Em síntese, a EDPR não pede diretamente a rejeição do Parque Eólico da Guarda, mas exige que o futuro EIA avalie de forma expressa a compatibilidade entre os dois projetos, proteja direitos e investimentos previamente constituídos e analise os impactos cumulativos. Caso sejam confirmadas incompatibilidades materiais, defende a reformulação do projeto antes de qualquer decisão subsequente.

A Eólica do Sincelo, detentora do Parque Eólico do Sincelo, alerta para uma sobreposição física incompatível entre projetos. Em funcionamento desde 2021, o parque conta com 22 aerogeradores e possui licença para instalar mais três unidades. Contudo, o projeto do Parque Eólico da Guarda prevê a instalação dos aerogeradores AEG 13 e AEG 14 a poucos metros de posições já licenciadas para o Sincelo, tornando a coexistência dos projetos espacialmente inviável. Perante este conflito, solicita que o Estudo de Impacto Ambiental determine a remoção das posições AEG 13 e AEG 14 e

assegure que os restantes aerogeradores não provoquem efeitos de turbulência nem impactes estruturais negativos sobre o Parque Eólico do Sincelo.

A Landfound alerta para uma incompatibilidade territorial entre o Parque Eólico da Guarda e o projeto do Parque Eólico do Alvendro, desenvolvido anteriormente pela empresa. Para este projeto, a Landfound realizou prospeção, cadastro predial e celebrou contratos de arrendamento com cerca de 30 proprietários, adquirindo direitos de exploração eólica sobre os terrenos. Segundo a empresa, a sobreposição entre os dois projetos impede a sua coexistência na mesma área e poderá inviabilizar, de forma irreversível, o exercício dos direitos já adquiridos. Por isso, solicita que esses direitos sejam salvaguardados no desenvolvimento do Parque Eólico da Guarda.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Maria Clara Sintrão